

# Anarquismo em tempos de transição política: a defesa da autogestão estudantil e operária (Brasil, 1977-1989)

Anarchism in times of political transition: the defense of student and worker self-management (Brazil, 1977-1989)

Cleber Rudy<sup>1</sup>

E-mail: profcleber.pepe@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3887-4024>

---

**Resumo:** No final da década de 1970, via o processo de abertura que sinalizava o enfraquecimento da ditadura civil-militar no Brasil, novas proposições políticas ganhavam forma, entre as quais a retomada de projetos de tons anarquistas que canalizavam parte de sua propaganda ideológica em defesa da liberdade e contra os autoritarismos. Por intermédio da criação de uma gama de impressos, a exemplo do jornal *O Inimigo do Rei*, fundado em 1977, na Bahia, novas perspectivas anarquistas ganhavam fomento, em que a defesa da autogestão — amparada, em grande medida, nas experiências coletivistas realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) —, se tornava a chave mestra para a organização do movimento estudantil e operário no Brasil. Ademais, na década de 1980, diversas expressões libertárias que mesclavam demandas oriundas da contracultura seriam impulsionadas em diversas regiões do País. Logo, tal cenário de anseios revolucionários, cuja força motriz estava na juventude, delinearía novos percursos para o movimento anarquista brasileiro que, entre suas iniciativas, incluía a tentativa de reconstrução da Confederação Operária Brasileira. Diante disso, valendo-se da imprensa alternativa e libertária, bem como de documentação oficial produzida pelos órgãos de censura e repressão, este artigo almeja apontar algumas reflexões sobre um período menos conhecido da história do movimento anarquista no Brasil, destacando sua produção cultural e a organização de coletivos e encontros libertários em prol da transformação social via socialismo autogestionário.

**Palavras-chave:** anarquismo; autogestão; imprensa alternativa.

**Abstract:** At the end of the 1970s, via the opening process that signaled the weakening of the civil-military dictatorship in Brazil, new political proposals were taking shape, among which the resumption of projects of anarchist tones that channeled part of their ideological propaganda in defense of freedom and against authoritarianism. Through the creation of a range of printed materials, such as the newspaper *O Inimigo do Rei*, founded in 1977, in Bahia, new anarchist perspectives would be promoted, in which the defense of self-management — largely supported by the collectivist experiences carried out by workers during the Spanish Civil War (1936-1939) — became the master key for the organization of the student and worker movement in Brazil. Furthermore, in the 1980s, several libertarian expressions that mixed demands arising from counterculture were promoted in different regions of the country. Therefore, such a scenario of

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela UNICAMP. Esse artigo é fruto de uma pesquisa de pós-doutoramento em História do Tempo Presente pela UDESC, sob a supervisão do professor Dr. Emerson César de Campos. Dedico este texto à memória do sábio mestre Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão que, lamentavelmente, nos deixou antes da conclusão desta pesquisa. Agradeço ao professor Emerson de Campos, bem como a Rodrigo Gagliano, Juliano Gonçalves, Carlos Baqueiro e Eduardo Nunes pelas leituras atentas e importantes sugestões.

revolutionary yearnings, whose driving force was in the youth, outlined new paths for the Brazilian anarchist movement that, between its initiatives, included the attempt to rebuild the Brazilian Workers Confederation. In view of this, drawing on the alternative and libertarian press, as well as official documentation produced by the censorship and repression bodies, this article aims to sketch some reflections on a lesser-known period in the history of the anarchist movement in Brazil, highlighting its cultural production and the organization of collectives and libertarian meetings aiming at social transformation through self-managed socialism.

**Keywords:** anarchism; self-management; alternative press.

*Todo rosto para ser eloquente,  
deve sofrer certa renovação.*

Albert Camus

Diante de um contexto de abertura política, realizada no Brasil a partir da década de 1970, e que sinalizava o desgaste e o fim próximo da ditadura civil-militar, novas articulações políticas viriam à tona em meio a um cenário marcado por diversas greves, pelo retorno da liberdade de imprensa, pela Anistia, pela reorganização sindical e partidária. Nestas circunstâncias, de novos anseios políticos por parte de uma sociedade que vivenciou anos de ditadura, “o impacto dos movimentos sociais em 1978 levou à revalorização de práticas sociais” mediante “manifestações de um comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente” (Sader, 1991, p. 26 e 30). Não obstante, tal atmosfera de esperanças revolucionárias também despoitaria em iniciativas de teor anarquista.

Neste sentido, valendo-se da imprensa alternativa e libertária, a exemplo do jornal *O Inimigo do Rei* (1977-1988), bem como de documentação oficial produzida pelos agentes da repressão do Serviço Nacional de Informação (SNI), o presente artigo visa lançar algumas considerações sobre o movimento anarquista – focado nas suas articulações políticas em torno da autogestão –, durante as décadas de 1970 e 1980, que, diga-se de passagem, é um período pouco estudado da história do anarquismo no Brasil.

Assim, partindo do contexto da retomada de manifestações amparadas nas ideias anarquistas, especialmente no circuito universitário, será destacado o papel que a defesa da autogestão exerceu na programação de diversos núcleos anarquistas, cuja principal diretriz foi a coletivização de terras e fábricas realizada pela classe trabalhadora durante a Revolução Espanhola (1936-1939),

que, aliás, delinearemos tomando como eixo a socialização da indústria do cinema pela Confederación Nacional del Trabajo (CNT). Por sua vez, ao ressaltar o perfil juvenil das lutas políticas a partir da década de 1960, em que a contracultura deu sua parcela de contribuição, nos deteremos sobre a produção de jornais e revistas que desempenharam importante papel na difusão da cultura libertária, seguida da organização de encontros que buscavam o desenvolvimento de uma força coletiva via a coesão dos núcleos e indivíduos anarquistas e anarcossindicalistas espalhados por distintas regiões do País.

Desta forma, na primavera de 1977, na região Nordeste, ecoou certo brado anárquico saído das entranhas d’*O Inimigo do Rei*, que, na trilha de *Verbo Encantado* e *Boca do Inferno*, buscava pleitear seu lugar ao sol entre as publicações da imprensa alternativa baiana e brasileira<sup>2</sup>. Por certo, o jornal *O Inimigo do Rei*, lançado em outubro daquele ano, na cidade de Salvador, e que estava sob os cuidados de um grupo de estudantes universitários, sinalizava, com sua singular orientação política, a oxigenação de novas perspectivas na militância libertária, da qual faziam parte demandas da contracultura. Entre as peculiaridades desta retomada da imprensa anarquista, estavam as circunstâncias de se tratar de uma iniciativa equacionada na região Nordeste, a partir de um grupo formado em 1975 e marcado pela confluência entre estudantes universitários e trabalhadores urbanos e rurais<sup>3</sup>. Além disso, “sem reclamar ou alegar sua tradição nos meios sindicais, os trabalhos desta nova imprensa se orientaram por reivindicações, que embora não fossem contraditórias com a teoria anarquista ou princípios anarcossindicalistas, abordavam temas que pouco foram tratados pela velha imprensa anarcossindicalista” (*Barbárie*, 1981, p. 2).

Neste sentido, enquanto consistente veículo de propaganda anarquista que circulou entre as décadas de

<sup>2</sup> Sobre tal modalidade de imprensa, é possível identificá-la como “um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão” (Festa; Silva, 1986, p. 16). Vale destacar que tanto *Verbo Encantado* (1971-1972) quanto *Boca do Inferno* (1976), publicados em Salvador, na Bahia, faziam parte desta imprensa alternativa.

<sup>3</sup> É importante ressaltar que o movimento anarquista, que ganhou forma na década de 1970, em Salvador, e que resultou no jornal *O Inimigo do Rei*, foi impulsionado por um encontro entre o libertário Ricardo Líper (estudante de Filosofia na UFBA) e o anarcossindicalista cearense Antonio Fernandes Mendes. Este último trazia a tiracolo uma trajetória intensa de lutas no sindicato dos trabalhadores rurais do município de Quixeramobim (CE), logo, enquanto adepto do “método” freirista e por desafiar as autoridades locais, viu-se coagido a deixar tal localidade, uma vez na clandestinidade, rumou para o Paraná. A partir de um contato epistolar com o anarquista Roberto das Neves (que, aliás, seria o mediador do aludido encontro, haja vista que também mantinha correspondência com Ricardo Líper), Antonio Mendes seguiu, tempos depois, para a cidade de Salvador, na Bahia, onde fixou residência. Agradeço a Eduardo Nunes e a Carlos Baqueiro por essa relevante informação.

1970 e 1980 e possibilitou a formação política de uma geração, o jornal *O Inimigo do Rei*

*Foi responsável por aglutinar os grupos anarquistas disseminados por todo o país, de igual forma que influenciou na criação de novos grupos. Ademais, proporcionou a esses mesmos grupos a oportunidade de experimentar na prática propostas tão queridas para o anarquismo como a livre associação, o federalismo, a liberdade de expressão, a autogestão e a não distinção entre trabalho intelectual e manual (Zacouteguy, 2012, p. 97 [tradução nossa]).*

Deste modo, excetuando o serviço de impressão, tal periódico contava com a participação coletiva nas diversas etapas de decisão, elaboração e distribuição. Aliás, ao promover o rodízio editorial, sua equipe de redação, ao que parece, era escolhida através de sorteio a cada nova edição.

Efetivamente, ao avançar a largos passos da universidade para uma projeção nacional, *O Inimigo do Rei* “funcionou como verdadeiro catalisador, atraindo anarquistas que estavam escondidos, dispersos e silenciados pelos tempos de obscurantismo – além, é claro, de conquistar novos adeptos entre os jovens, que passam a conhecer a ideologia ácrata” (Oliveira, 2018, p. 333).

No que diz respeito às razões desta publicação exibir título um tanto peculiar em tempos de República, em cujo cabeçalho, por vezes, estampou-se “enfim um jornal antimonarquista”, há quem afirme que a origem do seu nome decorria de uma sátira direcionada ao general-ditador Ernesto Geisel, devido à sua postura de monarca (Rodrigues, 2007, p. 247), melhor dizendo, cuja autoridade estava marcada por um estilo imperial na maneira de tomar decisões. Por sua vez, segundo um dos fundadores do jornal, a escolha do título de *O Inimigo do Rei* era uma crítica à centralização do poder, isto é, ao poder absoluto, seja ele de direita ou de esquerda (*Tribuna da Bahia*, 05/10/1978).

À vista da repressão que se abateu sobre o movimento operário e estudantil desde o início da ditadura civil-militar, os anarquistas começavam, a partir da década de 1970, a reorganizar seus núcleos de luta, logo voltando suas baterias para a organização dos estudantes e dos trabalhadores, e tendo como pano de fundo, a defesa da autogestão. Assim, ao mesmo tempo que se almejava reconquistar, entre as entidades de classe, um espaço de influência e atuação – que durante a primeira metade do século 20, havia sido indispensável para sua

força como movimento social –, também instigava, entre os estudantes, propostas de ação e organização pelo viés libertário, em que o anarquismo se apresentava como uma alternativa às tendências político-ideológicas dos marxistas. Portanto, em 1978, ao abrir o debate sobre a questão da autogestão, *O Inimigo do Rei* (10/1978, p. 17) fazia as seguintes considerações:

*A autogestão se insere aqui, neste momento, pelos próprios problemas acarretados em nosso país no que diz respeito à questão social: as lutas dos trabalhadores pela implantação de uma autonomia sindical desatrelada do controle do Estado; isto é, total liberdade sindical; pela humanização, que se torna, hoje em dia, premente, nas relações e condições de trabalho no campo, nas fábricas e no setor urbano; pelas lutas e manifestações dos intelectuais, estudantes e dos profissionais liberais de uma maneira geral, que procuram novas formas de convivência e organização social.*

É certo que, a partir da década de 1960, a expressão autogestão<sup>4</sup>, ao se tornar palavra de ordem em sindicatos, partidos, agremiações estudantis e centros de estudos, acabaria por despertar o interesse do mercado editorial brasileiro, como mostra a publicação de vasta literatura sobre o assunto. Entre os títulos que se destacavam nas estantes das livrarias estava *Autogestão: uma mudança radical* (Zahar, 1976), da autoria dos pensadores marxistas Alain Guillerm e Yvon Bourdet, que passou a servir de suporte teórico para uma nova geração sonhadora e revolucionária, incluindo os anarquistas. Diante do uso um tanto indiscriminado da palavra autogestão, os dois historiadores franceses, a certa altura do livro, afirmavam: “a autogestão [...] não se pode realizar senão por uma revolução radical, que transforme completamente a sociedade em todos os planos, dialeticamente ligados, da economia, da política e da vida social” (Guillerm; Bourdet, 1976, p. 41).

Por sua vez, nas discussões sobre autogestão, que ganhariam fôlego entre os recém-criados núcleos libertários que estavam espalhados por diversas partes do Brasil, não faltavam referências à Comuna de Paris, aos Sovietes (Rússia), ao Maio de 68 (França), ou ainda à Colônia Cecília (Brasil), mas sobremaneira à Revolução Espanhola, experiências que assumiam o papel de notáveis lições ou, melhor dizendo, de “brechas históricas nas quais se rompe com a inércia do estabelecido e anunciam-se formas de organização social” mais “justas e igualitárias” (Suarez, 2016, p. 15.).

<sup>4</sup> Apesar de certo corpo teórico acerca das “possibilidades de autonomia e distribuição da riqueza produzida pelos trabalhadores organizados” estar presente nos escritos de pensadores libertários como Pierre-Joseph Proudhon (mutualismo), Mikhail Bakunin (coletivismo) e Piotr Kropotkin (comunalismo), o uso da palavra autogestão na linguagem política ocorreu tão somente a partir da década de 1960, para designar uma experiência econômica diferenciada desenvolvida enquanto ruptura com o stalinismo e levada a cabo na Iugoslávia de Tito (cf. Silveira, 2011, p. 1-24; Almeida, 1983, p. 37-57).

Seguramente, a experiência histórica das coletivizações realizadas por trabalhadores e trabalhadoras urbanos e camponeses, no decorrer da guerra civil, na Espanha, nutria os referenciais anarquistas no Brasil, sendo tema recorrente nas publicações libertárias e que instigava reflexões a respeito do processo autogestionário, haja vista que, no transcurso da Revolução Espanhola, “esta forma de luta e organização social se implantou com maior força” (*Autogestão e Sindicalismo Revolucionário*, 1983, p. 9).

## Anarquia, imagem, ação

“Pela primeira vez em minha vida eu estava numa cidade onde a classe trabalhadora se encontrava no poder”, logo, “praticamente todas as edificações, fosse qual fosse seu tamanho, foram tomadas pelos trabalhadores e encontravam-se ornamentadas com bandeiras vermelhas, ou com a bandeira vermelha e negra dos anarquistas” (ambas as passagens, Orwell, 1987, p. 5). Nestes termos, o jornalista e escritor inglês George Orwell relatou suas impressões sobre a organização operária durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Aliás, tratava-se de um autor cujas obras desfrutavam de grande simpatia nos círculos libertários do Brasil, inclusive, na década de 1980, fazendo parte da seção Leitura Libertária do jornal *O Inimigo do Rei*.

À vista disso, ao fazer uma retrospectiva histórica das propostas libertárias realizadas na Espanha durante a década de 1930, o jornal *O Inimigo do Rei* (10/1978, p. 18) publicou:

*Nas áreas industriais, principalmente na Catalunha, a região mais industrial da Espanha, a autogestão também surtiu bons resultados. Quando os patrões fugiram os operários apossaram-se diretamente das fábricas. Durante vários meses as empresas de Barcelona [...], sobre as quais [... tremulava] a bandeira vermelha e negra da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) anarquista, foram geridas por trabalhadores agrupados em comitês revolucionários, sem qualquer interferência do Estado.*

Assim, na tentativa de introduzir algumas considerações sobre as coletivizações implementadas pela classe trabalhadora espanhola, é oportuno evocar a atmosfera política que as possibilitou.

Na década de 1930, o lema *¡No Pasarán!* ecoava em distintas localidades da Espanha republicana, enquanto

grito da classe operária que, de armas em punho, fazia a resistência ao golpe de Estado de julho de 1936<sup>5</sup>, num árduo embate que se prolongaria até 1939. Ao reportar-se a este conflito em que atuou como combatente do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), George Orwell enfatizou: “a espinha dorsal da resistência a Franco foi a classe trabalhadora espanhola, em especial os membros dos sindicatos urbanos” (Orwell, 1987, p. 259).

Não obstante, dos três setores das milícias antifascistas, isto é, marxista, republicano e libertário, há que se distinguir a atuação dos anarcossindicalistas e anarquistas ligados à Confederación Nacional del Trabajo (CNT) e à Federación Anarquista Ibérica (FAI) que, além de fazerem frente ao golpe militar, efetivaram, no transcurso da guerra civil, princípios e táticas do anarquismo, como a coletivização de terras e indústrias, o que, em certa medida, possibilitou um “curto verão da anarquia”<sup>6</sup>.

Enquanto “a guerra se impunha acima de tudo”, havia “os problemas de consumo geral, a produção agrária, e todas as atividades necessárias à vida coletiva”, e que exigiriam uma nova coordenação dos serviços agrícolas e industriais, bem como os relativos à distribuição dos bens de consumo. Consequentemente, entre as forças revolucionárias que aspiravam ao comunismo libertário, “a luta contra o fascismo parecia incompatível com a sociedade capitalista e suas desigualdades”, impulsionando, assim, sonhos e desejos de transformação social, ou seja, da criação de uma nova sociedade (até aqui, tudo em Leval, 1972, p. 78-79 [tradução nossa]). Nestas circunstâncias, “a abolição da propriedade privada dos meios de produção veio acompanhada de uma repartição horizontal do poder que tratava de dar voz a todos os cidadãos sem considerações de fortuna pessoal ou posição social” (Suarez, 2016, p. 15-16).

Deste modo, sob o slogan: “*la tierra para los campesinos, las industrias para los obreros*”, promoveu-se a gestão direta dos meios de produção e distribuição, bem como de consumo. Em outras palavras, o comunismo libertário foi posto em prática tanto na esfera agrícola – vale lembrar que a Espanha ainda se configurava num país substancialmente agrário – quanto no setor industrial e de serviços públicos (Préposiet, 2007, p. 124). Como destacou o anarcossindicalista alemão Agustín Souchy (2014, p. 414),

*A primeira fase da coletivização começou quando os trabalhadores tomaram a seu cargo a exploração das empresas. Em cada oficina, fábrica, escritório, loja, foram nomeados delegados sindicais que se ocuparam*

<sup>5</sup> Nas eleições de fevereiro de 1936, saiu vitoriosa a Frente Popular. Tal coligação de partidos progressistas e de esquerda trazia, no seu programa de governo, uma série de reformas sociais que, sem demora, mobilizou setores conservadores da sociedade espanhola para uma ofensiva, iniciada com o movimento armado liderado pelo general Francisco Franco, deflagrado em 18 de julho de 1936.

<sup>6</sup> Como é formidavelmente retratado no livro homônimo do escritor alemão Hans Magnus Enzensberger.

*da direção. Frequentemente, estes novos dirigentes não tinham preparação teórica, nem muitos conhecimentos de economia. No entanto, tinham um profundo discernimento das suas necessidades pessoais e das necessidades do momento [tradução nossa].*

Este processo de coletivização da vida econômica, regida pelos sindicatos ligados à CNT, e que misturava astúcia com anseios de novas experiências sociais, também englobaria os espetáculos públicos, a exemplo da indústria do cinema. Aliás, uma das facetas menos conhecidas deste sistema econômico distinto e alternativo promovido durante a guerra civil.

Fundada em 1910, na cidade de Barcelona, a CNT se tornaria, com o passar dos anos, uma das organizações sindicais mais sólidas da Espanha. Deste modo, em 1936, no agrupamento de 1 milhão de filiados desta entidade social<sup>7</sup>, que objetivava a realização do comunismo libertário, havia expressivo número de trabalhadores e trabalhadoras dos setores de produção, distribuição e exibição cinematográfica (Leval, 1972, p. 66; Almela; Vigil, 2010). Em vista disso, não é de estranhar que, no papel de unidade propulsora, orientadora e criadora das coletividades, a CNT por intermédio do Sindicato de la Industria del Espectáculo, que agregava, entre outros ramos, o cinema, o teatro e o circo, promovesse, em 1936, a “autogestão” da indústria do cinema, numa iniciativa inédita de realizações coletivas em que a hierarquia dos papéis tradicionais atrelados ao processo de produção cinematográfica foi revista. Logo, tal etapa administrativa sob a tutela da classe trabalhadora resultou na elaboração de diversos filmes documentários e longa-metragens de ficção.

Apesar dos anos trinta representarem para o cinema espanhol um período de prosperidade industrial, amparado por rendosas bilheteiras<sup>8</sup>, no início da guerra civil, a indústria cinematográfica (laboratórios e estúdios) encontrava-se paralisada, haja vista o abandono, ou a fuga, para o estrangeiro de boa parte dos empresários deste setor. Mas, para os trabalhadores e trabalhadoras, a vida continuava à sua maneira. Diante disso, em agosto de 1936, enquanto proposta anarquista de organização da indústria do cinema promovida pela CNT-FAI, era criado, em Barcelona, o Sindicato de la Industria del Espectáculo Films (S.I.E. Films), isto é, uma empresa de produção e distribuição que, inicialmente, ao investir em um cinema de perfil social, alavancou a produção de reportagens e documentários, em que ficava evidente o potencial da sétima arte enquanto ferramenta de propaganda e ação. Nesse

ensejo, “a CNT promoveu a ocupação e sindicalização das 116 salas de cinema de Barcelona” (Oliveira, 2011, p. 44). Desta forma, uma vez que do lado republicano existiam cerca de 45 mil trabalhadores e trabalhadoras que sobreviviam do trabalho nas empresas de espetáculos públicos, a coletivização foi impulsionada pelos anarquistas em localidades sob sua influência (Diez, 2003).

Inegavelmente, o grupo dos anarcossindicalistas, por meio do Sindicato Único de la Industria y Espectáculos Públicos (SUIEP), “criado em 1930, e do Sindicato de la Industria del Espectáculo-Films (SIE-Films), criado em 1936, foi o que produziu o maior número de filmes durante o conflito” (Oliveira, 2011, p. 10). Neste sentido, como destacou Emeterio Diez (2003, p. 53),

*Esta hegemonia, traduzida na rodagem de mais de cem filmes anarquistas, dá lugar a um dos momentos mais singulares na história do cinema espanhol, uma vez que possibilitou que o movimento libertário introduzisse, com o que eles chamaram socialização do cinema, uma nova forma de produzir, usar e pensar os filmes [tradução nossa].*

Em Barcelona e Madri, grandes centros urbanos que abrigavam maior número de empresas cinematográficas, “essa transformação revolucionária influencia os estúdios de filmagem e dublagem, os laboratórios, as salas de cinema”, ao passo que em localidades menores, considerando-se as poucas salas de exibição, “a revolução atua somente sobre os locais de projeção”. Neste cenário propício, “a mudança revolucionária consistia em alguns casos no fato de que os sindicatos de espetáculo (ou quando esses não existiam, os trabalhadores) assumiam a propriedade dos bens de produção e a direção das empresas de cinema”, e que, na busca de alternativas ao método de produção precedente, passavam a utilizar o sistema de coletivização (até aqui, tudo em Diez, 2003, p. 54 [tradução nossa]).

Se, por um lado, na cidade de Barcelona, o controle “hegemônico” da indústria do cinema estava nas mãos de organizações anarquistas que, inclusive, rebatizaram salas de cinema com nomes de combatentes libertários que tomaram em 1936, no calor do conflito, a exemplo de Francisco Ascaso e Buenaventura Durruti, por outro lado, em Madri, a realidade era outra, uma vez que tal setor industrial acabou fragmentado entre as duas centrais sindicais mais expressivas da Espanha, isto é, a CNT e a Unión General de Trabajadores (UGT) – controlada pelo

<sup>7</sup> Alguns autores mencionam que, durante a guerra civil, a CNT chegou a ter cerca de 2 milhões de filiados, ou seja, o dobro de associados do primeiro semestre de 1936. Ao que parece, esse expressivo aumento no número de efetivos se deve ao fato de que, no decurso do conflito, foi instituída a sindicalização obrigatória.

<sup>8</sup> Vale lembrar que, naquele momento, a Espanha se apresentava como a sétima potência mundial no quesito quantidade de salas de cinema.

Partido Socialista. Deste modo, pensando em fortalecer suas realizações, nesta zona marcada por práticas políticas distintas, os anarquistas criariam sua própria produtora, a Spartacus Films.

No entanto, não tardou para que o governo republicano lançasse sua ofensiva, especialmente a partir de 1938, quando passou a intervir na indústria cinematográfica, minando o protagonismo anarquista e o movimento de coletivizações.

Décadas depois, apesar dos tempos históricos distintos, os êxitos práticos das experiências de coletivizações fomentadas na Espanha com o intuito de romper com o sistema de produção capitalista – e que, diga-se de passagem, delineamos de maneira um tanto bruta e ligeira – ainda serviriam de base para uma concepção libertária de mudança econômica, política e social, nominada pelo moderno epíteto de autogestão, e que, entre velhas e novas gerações, além do valor simbólico revolucionário, apresentava-se como alternativa possível de coordenar esforços e alavancar a transformação social. Aliás, em certa medida, ainda presente na disseminação e na prática de mostras de filmes anarquistas e punks, realizadas em diferentes partes do mundo.

## Sem autogestão não há solução!

Na década de 1970, a publicação de livros sobre a autogestão se multiplicava, e a obra *El organismo económico de la revolución* (1936)<sup>9</sup>, da autoria do Diego Abad de Santillán – anarquista espanhol ligado à FAI e que atuou na Guerra Civil Espanhola –, tornava-se leitura crucial para dezenas de militantes e simpatizantes, inclusive no Brasil, onde se viu circular, em 1978, uma edição em espanhol, difundida pela Editora A<sup>10</sup>. Não obstante, diante da acusação da falta de fundamentação econômica que, por vezes, foi direcionada ao anarquismo, diante da proposta de uma sociedade libertária, o livro de Abad de Santillán – publicado as vésperas da Guerra Civil Espanhola, em um cenário de intensa força do anarcossindicalismo – continha proposições de organização econômica<sup>11</sup> e, ao partir da análise da realidade socioeconômica espanhola, atentava para o melhor gerenciamento de recursos disponíveis, bem como para saídas aos possíveis entraves ao desenvolvimento de uma sociedade comunista libertária (Fuentes, 1982, p. 198-199 [tradução nossa]).

Mas, à medida que, na década de 1980, a questão da autogestão continuava a ganhar fermento em distintas rodas de discussões, o anarquista francês Maurice Joyeux – figura atuante no Maio de 68 – chamava a atenção para o fato de que: “confunde-se, erroneamente, a autogestão como modo de organização do trabalho com os princípios que regem a repartição dos lucros, a autogestão e o socialismo”; assim, sem causar rupturas revolucionárias, “a autogestão de uma sociedade hierárquica onde se continua a realizar lucros apresenta interesse, pois ela associa o pessoal à gestão de uma economia de classes e, consequentemente, eterniza o sistema” (ambas as passagens, Joyeux, 1992, p. 69). Diante disso, uma interpelação se faz necessária. Quais proposições políticas alimentavam a autogestão defendida pelos anarquistas? Segundo os preceitos de uma economia socialista libertária, trata-se da gestão por todos aqueles que participam do processo de produção e distribuição, suprimindo-se hierarquias e classes (Joyeux, 1992, p. 69).

Em meio a isto, as iniciativas libertárias em torno de reflexões sobre a autogestão, contavam com a Editora Novos Tempos, que traria a público o livro *Proudhon: pluralismo e autogestão*, do sociólogo francês Jean Bancal, fundador da Société Pierre-Joseph Proudhon e da revista *Autogestions*. A propósito, no final de 1984, enquanto evento de lançamento desta obra, Jean Bancal marcava presença em diversas cidades brasileiras<sup>12</sup>, quando realizou palestras sobre a atualidade do pensamento de Proudhon e a questão da auto-organização dos trabalhadores. Ao partir da ideia de pluralismo organizador, defendida por Proudhon, o professor Bancal investia na pertinência de uma sociedade organicamente autônoma, na qual os elementos sociais seriam responsáveis por gerir seus próprios interesses, sem a predominância de um Estado centralizador. Logo, em mais de uma ocasião, houve quem identificasse em Proudhon “o pai da autogestão e o inspirador das experiências históricas de criação de um regime autogestionário” (Motta, 1981, p. 133).

Fundada em Brasília, em 1984, pela iniciativa de Plínio Augusto Coelho – que retornava da França, após uma estadia de seis anos em Paris, em que estreitou vínculos com militantes da Federação Anarquista Francesa –, a Editora Novos Tempos impulsionaria a circulação de obras inéditas em língua portuguesa sobre o pensamento anarquista.

<sup>9</sup> A princípio, antes de ganhar sua versão em livro, parte do conteúdo já havia sido publicado entre os anos de 1934 e 1936, no jornal *Tierra y Libertad* e na revista *Tiempos Nuevos*.

<sup>10</sup> Em 1980, por intermédio de Maurício Tragtenberg, um marxista heterodoxo que se aproximou do anarquismo via Centro de Cultura Social, de São Paulo, a obra de Abad de Santillán ganhou tradução para o português, sendo publicada pela Editora Brasiliense.

<sup>11</sup> Como destaca Xavier Paniagua Fuentes (1982), discussões anarquistas com um viés econômico já vinham sendo feitas nas primeiras décadas do século 20, por militantes como Pierre Bernard e Gaston Leval.

<sup>12</sup> Durante seu *tour* pelo Brasil, Jean Bancal esteve nas seguintes cidades: Manaus, Recife, Brasília, Porto Alegre, Caxias do Sul, Blumenau, Florianópolis, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Seja como for, no Brasil, a mobilização libertária em torno da autogestão não passou despercebida aos agentes militares, como aponta a incidência desta expressão em diversos documentos confidenciais do Serviço Nacional de Informações (SNI). Assim, a título de exemplo, registrou-se: “prega o anarquismo a chamada autogestão, isto é, a substituição do aparelho do Estado pela livre cooperação mútua de grupos associados” (Informação nº 2184, 26/07/1984, p. 2), e ainda, “aos trabalhadores, os defensores do anarquismo apresentam como solução única a implantação da autogestão nas fábricas” (Informação nº 0168/116, 17/11/1981, p. 8). Em um primeiro momento, ao apontarem grupos organizados em São Paulo, Rio de Janeiro e na Bahia, destacavam: “restringem-se, basicamente, à propaganda ativa da causa libertária através de jornais e revistas próprias, bem como às reedições de obras de renomados autores anarquistas através de suas próprias editoras” (Informação nº 2184, 26/07/1984, p. 9). Seguramente, esta era uma alusão indireta à Editora A e à Novos Tempos.

Os arquivos do SNI aqui referenciados permitem, ao pesquisador, o acesso a farto material de pesquisa acerca dos coletivos anarquistas, visto que o *modus operandi* deste órgão de repressão era vigiar e identificar pessoas e grupos, bem como tomar nota de atividades vistas como “subversivas” e coletar material de propaganda. Apesar disso, vale destacar que tais documentos/boletins produzidos pelos órgãos de repressão estão entrecortados e são constituídos a partir da percepção do censor, enquanto fruto de uma construção social que estava alicerçada em intencionalidades, normas de conduta, ou seja, marcada por um enquadramento e uma interpretação da realidade, em sua visão amofinada de subversão e subversivos, que, em minha percepção e pelo que indicam as fontes, são incapazes de fazer conhecer com retidão os acontecimentos sinuosos que se sucederam naquele período. Deste modo, “os censores eram, portanto, a expressão de uma parcela da comunidade que os queria, e possuíam uma formação cultural semelhante à de muitos outros brasileiros” (Kushnir, 2004, p. 23).

De qualquer forma, a despeito do processo de abertura “lenta, gradual e segura” iniciada em 1974, durante o governo do general-presidente Ernesto Geisel, os militares mantinham-se em vigília quanto a possíveis avanços da “propaganda adversa” e à proliferação das ideias “contestatórias” e “esquerdistas”. Logo, para os “olheiros” da ditadura civil-militar tal sondagem cautelosa incluía livros, livrarias e editoras. Deste modo, como destacou o historiador Carlos Fico, “ao longo dos anos, o Serviço Nacional de Informações (SNI) constituiu-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes” (ambas as passagens em Fico, 2001, p. 74).

Criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI tinha como atribuição superintender e coordenar informações em todo o território nacional, sendo que sua vigência perdurou até 1990. Mesmo que a maior preocupação deste órgão de informações fosse a propagação das ideias marxistas-leninistas, pode-se encontrar, nos relatórios elaborados no decorrer da década de 1980, farta documentação e vastas informações sobre as movimentações libertárias. Ao acompanhar de perto as realizações anarquistas que estavam ocorrendo em diversas cidades do País, os agentes infiltrados do SNI tinham no seu protocolo: a) identificar e informar os nomes dos conferencistas anarquistas; b) anotar e encaminhar os conteúdos temáticos discutidos; c) apontar os sujeitos organizadores dos eventos; d) obter e remeter panfletos, jornais e revistas, isto é, publicações de difusão da ideologia anarquista; e) identificar e informar as principais lideranças do movimento anarquista; d) apontar os oradores de destaque, bem como retratar o teor dos seus discursos (Informação nº 10101/88, 08/1988, p. 5).

Durante a década de 1980, os agentes do SNI concluíam que, “atualmente, o anarquismo vem dando mostras de que está vivo, principalmente, no movimento estudantil”, na tentativa de subverter a autoridade familiar e estatal. Assim, ao evocar uma retórica que, aliás, esteve tão em voga nos discursos policiais da primeira metade do século 20, assinalavam que “o comportamento anarquista e suas ideias atentam contra os princípios morais e religiosos, componentes essenciais à formação da família, base da sociedade democrática e obstáculo para o desenvolvimento de ideologias alienígenas” (ambas as passagens, Informação nº 016/10, 25/07/1984, p. 4). Mais ainda, ao identificarem, na propaganda anarquista promovida pelo *O Inimigo do Rei*, a defesa “do amor livre no que se refere ao trato da liberdade sexual e homossexual”, concluíam, que o movimento anarquista “tenha participação na proliferação de material pornográfico com vistas a romper tabus” (Informação nº 534-08, 11/08/1980, p. 4).

Apesar dos juízos de valor que marcaram o serviço de vigilância do SNI, mediante a documentação produzida, parece sensato pressupor que a difusão do anarquismo no Brasil passaria a despertar um maior interesse das autoridades constituídas a partir dos XXXI e XXXII Congressos da UNE, realizados em Piracicaba, interior de São Paulo, respectivamente em 1979 e 1980, e que contaram com a participação de coletivos anarquistas, constituídos por estudantes universitários, os quais, rapidamente, passariam a figurar no dossiê das organizações clandestinas elaborado pelo SNI. Inclusive, no Congresso de 1979, segundo consta em tais arquivos, a Federação Livre Estudantil (FLE), formada em Salvador, na Bahia, sairia em defesa da “formação de uma UNE autogestio-

nária, criada mediante uma verdadeira organização de base, sem vanguardas de qualquer espécie e sem cúpulas dirigentes” (Informação nº 0168/116, 17/11/1981, p. 4; Informação nº 026, 22/12/1980, p. 26).

Ao ganhar fôlego, conjuntamente com *O Inimigo do Rei* e com uma atuação que se desenvolvia, a princípio, no seio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) – mais à frente agregando estudantes da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) –, a Federação Livre Estudantil tinha como fundadores os grupos estudantis Fantasma da Liberdade (do curso de Filosofia), Fim de Festa (Ciências Sociais), Um Estranho no Ninho (Economia) e Ovelha Negra (Comunicação). Investindo no fomento de assembleias gerais, decisões coletivas e grupos de trabalhos independentes, almejavam criar, no setor estudantil, uma espécie de consciência autogestionária, em que os estudantes passassem a coordenar o movimento estudantil de baixo para cima. Em 1978, por intermédio de um panfleto, as principais bandeiras de luta da FLE eram apresentadas: 1) a autogestão do movimento estudantil; 2) a libertação de todos aqueles que estão de alguma forma oprimidos por qualquer tipo de poder; 3) a libertação das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos indígenas e outras parcelas oprimidas do povo; 4) a anistia aos presos políticos, aos que roubaram para matar a fome e a todos aqueles condenados pela nossa justiça arbitrária; 5) a democratização do País (*Boletim da Federação Livre Estudantil*, 22/02/1978, p. 2).

Com efeito, novos componentes políticos iam sendo incorporados às lutas contra a opressão, em grande medida, impulsionados pelos embates travados a partir da década de 1960 contra as instituições político-culturais dominantes, e cujas demandas incluíam, entre suas urgências, o feminismo, a ecologia, a causa indígena, o movimento gay, a negritude, a libertação sexual e a antipsiquiatria.

## Novos significados políticos da juventude

A partir dos anos 1960, o conceito de juventude tornava-se sinônimo de revolta e rebelião, uma vez que “é na juventude que o caráter realmente moderno da revolta antiautoritária se exprime claramente” (Morin *et al.*, 2018, p. 101). Ciente disso, o anarquista francês Daniel Guerin, na abertura de uma das suas obras, publicada em 1969, escreveu: “é a ti, juventude de hoje, que dedico estes ensaios”. E, reportando-se ao Movimento de Maio de 68, ele afirmou:

*[...] foi, de fato uma gigantesca vassourada. Dada pela juventude, não apenas a juventude estudantil, mas ligada a ela em razão da solidariedade de idade e pela*

*comum alienação, a juventude operária. Tanto na universidade, como na fábrica e no sindicato, a ditadura dos adultos, fossem eles professores, patrões ou líderes sindicais, foi contestada, ou melhor: profundamente abalada (Guerin, 1980, p. 6).*

Este caldo cultural do Maio de 68, quer fosse pela sua proximidade temporal ou pelo perfil juvenil, alimentaria as paixões revolucionárias de uma nova geração de anarquistas no Brasil. É bem verdade que, entre os signos do Maio de 68, estava a ocupação autogerida do Censier (dependência anexa da Sorbonne), que abrigou apaixonados debates com “o objetivo de restituir à classe trabalhadora sua própria tradição de democracia direta e sua própria aspiração à autogestão, que foi usurpada pelos burocratas dos sindicatos e partidos políticos” (*Paris: Maio de 68/Solidarity*, 2008, p. 50). Logo, vale lembrar que o grupo Movimento 22 de Março – uma agremiação estudantil de caráter antiautoritário e de inspiração libertária –, que esteve diretamente envolvida nas revoltas do Maio de 68, reunia anarquistas, situacionistas, trotskistas e maoístas. Como observou Edgar Morin, “no começo era a revolta, o comunismo libertário, depois [...] pode-se dizer que a política [clássica] se infiltrou através do maoísmo e do trotskismo e perverteu o movimento” (Morin *et al.*, 2018, p. 14).

Apesar de boa parte dos holofotes midiáticos terem se voltado para o Maio de 1968, na França, sabe-se que a “Alemanha teve importantes movimentos estudantis na então Berlim Ocidental desde o início da década de 1960”, bem como, “depois de 1968, países que já haviam tido eventos muito relevantes atingiriam o ápice de suas mobilizações, como na Itália (com uma greve estudantil-operária de amplas proporções em 1969)”, enquanto que, nos Estados Unidos, em 1970, uma intensa revolta estudantil ganhou forma como resposta à invasão do Camboja (ambas as passagens, Groppo, 2017, p. 143). É importante salientar que, entre os aspectos externados por tais movimentos de protestos de caráter global, constavam, entre outros, a afinidade por propostas revolucionárias alternativas ao marxismo soviético, a crítica à sociedade de consumo, a oposição ao imperialismo estadunidense, o uso de métodos da desobediência civil, a aproximação entre arte e política e o desejo de libertação do sujeito das estruturas do sistema capitalista ou comunista (Ridenti, 1999, p. 55).

No Brasil, diante de um conjunto de medidas arbitrárias e violentas promovidas contra o movimento estudantil, desde o governo Castelo Branco, e que, inclusive, resultou na ilegalidade da União Nacional dos Estudantes (UNE), a juventude estudantil se manifestou de diversas formas contra a ditadura civil-militar, sendo



um dos pontos altos, as manifestações de rua ocorridas em 1968, as quais ganharam impulso após a morte do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto e resultaram em verdadeiras batalhas campais. Como parte deste fermento estudantil, têm-se, no Rio de Janeiro, as articulações do Movimento Estudantil Libertário (MEL), mentor do manifesto “Olho por Olho, Dente por Dente”, que despertaria a ira em alguns setores militares. Deste modo, em solo brasileiro, durante o emblemático ano de 1968, “somando-se todos os presos em passeatas, reuniões clandestinas e quebra-quebras, é possível que [...] tenham sido detidos 3 mil estudantes” (Gaspari, 2002 [s. p.]).

Assim, no calor destas revoltas juvenis que ocorriam em diferentes lugares e traziam de reboque revoluções comportamentais, o intelectual Gilbert Green – importante teórico do movimento comunista estadunidense –, no seu livro *The New Radicalism: Anarchist or Marxist?* (1971), escreveu:

*A revolta das massas juvenis, que nos tem acompanhado por mais de uma década, constitui um dos mais notáveis fenômenos de nossos tempos, algo sem paralelo na história. Aquilo que a princípio parecia apenas um modismo, a ter o destino de todos os modismos, cedo veio a resultar em algo muito mais sério que um capricho passageiro.*

*A esses jovens radicais concede-se o crédito de terem rompido o sufocante, complacente e conformista padrão de comportamento da década de 50. Em mil fronts diferentes, vêm os jovens desafiando o sistema com um rigor, inventividade e audácia que provocam admiração (1982, p. 7).*

Diante deste perfil juvenil que exibia novas pulsações políticas, vale destacar que parte substancial dos anarquistas e dos interlocutores que se encontravam em torno de *O Inimigo do Rei* eram estudantes universitários na casa dos 20 anos.

No transcurso da década de 1960, já sob a ditadura civil-militar, entre os anarquistas brasileiros mais vividos, não faltaria quem evocasse a “necessidade de renovação, não apenas política, como teórica do movimento” na busca para “superar a prática de ‘relembrar figuras do passado’ e passar a investir na juventude presente”, haja vista que, na ótica do autor destas palavras, “a única saída para o nosso movimento é lançar semente na juventude”, ou seja, “tudo deve ser feito objetivando esse fim” (até aqui, tudo em Silva, 2018, p. 355).

Nestas circunstâncias, no papel de publicação alternativa que mesclava aos temas políticos a “crítica dos costumes e a ruptura cultural”, o jornal *O Inimigo do Rei* foi considerado, aos olhos “adultos” das autoridades oficiais, como “um péssimo exemplo para a juventude brasileira”, sendo que, além de atacar “princípios éticos e morais”, também “desobedece a lei” (Informação nº 073/16, 29/10/1984, p. 4). Ademais, durante o monitoramento da crescente influência do anarquismo entre a juventude estudantil, o SNI afirmava, em abril de 1981, que, no caso da Bahia, apresentando-se como nova tendência ideológica no movimento estudantil, o anarquismo – cujo principal veículo de propaganda é o jornal *O Inimigo do Rei* –, começava a ganhar espaço num terreno outrora de predominância do socialismo marxista (Informação nº 060/116, 28/04/1981, p. 3) e sob o controle do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Liberdade e Luta (LIBELU, de perfil trotskista).

Seja como for, no transcurso da década de 1970, ocorria no cenário internacional “o desmoronamento de um marxismo sumário que tudo explicava pela luta de classes”, em que “a desilusão, a perda de uma esperança – quer seja chinesa, soviética ou cubana –, fez com que o marxismo fosse desencantado” (ambas as passagens, Morin *et al.*, 2018, p. 15). Logo, tal fato impulsionaria uma série de tendências libertárias, em que não faltariam tentativas de aproximação entre um marxismo heterodoxo (ancorado nas obras de juventude de Marx) e o anarquismo que, prontamente, cativou certos pensadores anarquistas, a exemplo de Daniel Guérin, cujas obras *O anarquismo: da doutrina à ação* (Germinal, 1980), *O futuro pertence ao socialismo libertário* (Editora A, 1980) e *Um ensaio sobre a revolução sexual* (Brasiliense, 1980) integravam, no Brasil, o cabedal de leituras dos militantes libertários. Aliás, no aporte de leituras desta nova geração de anarquistas, encontravam-se nomes valorizados na esfera universitária, tais como Pierre Clastres, Herbert Marcuse, Felix Guattari, Michel Foucault, Jean-Paul Sartre e Cornelius Castoriadis.

## Anarquismo e anarcossindicalismo

Na intensidade da década de 1980, diversas formas de expressão foram fomentadas em torno do anarquismo. Assim, no começo de 1985, tem-se a reabertura do Centro de Cultura Social, de São Paulo (CCS-SP)<sup>13</sup>, uma des-

<sup>13</sup> O Centro de Cultura Social surgiu, em São Paulo, em 1933, durando até 1937, quando foi fechado pela polícia política de Getúlio Vargas. Com o fim do Estado Novo, em 1945, o CCS retomou as suas atividades. Anos depois, diante da publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que tornava mais intensa a repressão, os dirigentes do Centro de Cultura Social, receando serem alvos de investidas coercitivas, a exemplo do que ocorreu na década de 1930, decidiram suspender as suas atividades em 21 de abril de 1969. Com a reabertura política que levaria ao fim da ditadura civil-militar, voltaria à atividade, a partir de 1985.

tacada entidade divulgadora do anarquismo, que havia encerrado suas atividades em 1969, após a publicação do AI-5. Uma vez reativada e visando “apoiar e promover nos meios populares e, principalmente, entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda a espécie de empecilhos, o estudo de todos os problemas que se relacionam com a questão social” (Estatutos do Centro de Cultura Social, 09/07/1945, p. 1), promoveu, a partir de maio de 1985, uma série de eventos, a exemplo da conferência “Autogestão na Revolução Espanhola”, proferida por Pedro Rueda, militante da CNT que havia combatido na Guerra Civil Espanhola.

Em Salvador, na Bahia, era fundado, em setembro de 1985, o Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista (CDPA), numa iniciativa de militantes vinculados ao jornal *O Inimigo do Rei* e que, após cinco anos de pesquisas, coleta de materiais e intensa correspondência com correligionários da Itália, Espanha, Portugal, França e Austrália, almejavam, com a criação de tal entidade, documentar e pesquisar a filosofia anarquista. Entre as atividades que passaram a promover, estava uma série de cursos sobre temas relacionados ao anarquismo e sexualidade (Informação nº 055021, 04/04/1986).

Em 1986, às vésperas das eleições gerais previstas para novembro, marcadas pela disputa de candidatos aos postos de deputados (federais e estaduais), senadores e governadores, os anarquistas voltariam suas baterias contra o sistema de representação política parlamentar, investindo em campanhas pelo voto nulo, tendo como um dos slogans: “tome partido contra os partidos”. Assim, entre pichações contra o voto e a publicação de folhetos, a Editora Novos Tempos publicava o livro *Os anarquistas e as eleições*, com textos de notórios representantes do anarquismo histórico. É certo que tais mobilizações libertárias já vinham dando seus primeiros passos ainda ao final dos anos 1970, visto que, diante dos anseios da sociedade civil pelo retorno do pluripartidarismo e que resultariam na criação de novos partidos políticos, os quais se proclamavam vanguardas operárias, os anarquistas trariam a lume, em 1979, o livreto *O mito do partido*, numa iniciativa de militantes da Bahia e do Rio Grande do Sul que, frente à reestruturação partidária, percebiam a “necessidade de estabelecer um processo de discussão sobre o próprio caráter de classe dos ‘instrumentos’ de participação política”, bem como da construção da representatividade na democracia burguesa (*O mito do partido*, 1979, [s. p.]).

Este caldo cultural mais sólido, de verve libertária, que começava a ganhar forma ainda ao final da década de 1970, fez surgir, na esteira de *O Inimigo do Rei*, outros

veículos de propaganda, tais como as revistas *Metanóia* (1977) e *Barbárie* (1979), na Bahia, e *Autogestão* (1979), em São Paulo, assim como a Editora A, numa iniciativa conjunta de militantes das cidades de Salvador e Porto Alegre. Também durante a década de 1980, a Editora A ganhava novo núcleo em São Paulo, investindo na publicação de brochuras sobre temas ligados à autogestão e ao sindicalismo revolucionário, bem como trazendo à tona a *Revista Libertária*, que não passou do primeiro número, lançado em novembro de 1984.

Em 1978, a partir de uma cisão ocorrida no grupo *d’O Inimigo do Rei* – motivada por questões de ordem prática, ou seja, divergências na maneira de atuação junto ao movimento estudantil –, tem-se a criação do Coletivo *Barbárie*, sob a máxima: “Em oposição à civilização moderna, burocrática e hierarquizada, propomos a ‘barbárie’ criadora e libertária” (*Barbárie*, 1981, p. 8). Ao avistar na Universidade um importante centro de discussões, esse grupo passou a investir na divulgação das ideias libertárias, através da produção de apostilas e livretos. Um ano mais tarde, em julho de 1979, deram forma a *Barbárie*, uma revista de cultura libertária, com uma tiragem inicial de 1 mil exemplares, que se manteve em circulação até 1982<sup>14</sup>.

De qualquer modo, tudo isso não passaria alheio à sistemática vigilância exercida pelo SNI, haja vista que, “a partir de 1985, verificou-se que o anarquismo tomou novas proporções no Brasil devido à realização de vários eventos que divulgam, sobremaneira, as propostas do movimento”, constatando-se, inclusive, a existência de núcleos libertários em todas as regiões do Brasil. Desta forma, coletivos libertários se multiplicavam de maneira notável na década de 1980, considerando-se o Centro de Cultura Social (São Paulo/SP), o Coletivo Autogestão (São Paulo/SP), o Núcleo Pró-COB/AIT (São Paulo/SP), o Grupo Libertário Emma Goldman (João Pessoa/PB), o Coletivo Gens da Selva (Manaus/AM), o Centro de Estudos Libertários (Brasília/DF), o Círculo de Estudos Libertários (Rio de Janeiro/RJ), o Centro de Documentação e Pesquisa Anarquista (Salvador/BA) e o Movimento Cineclubista Libertário (Curitiba/PR).

Sem dúvida, o ano de 1986 se mostraria farto de estímulos no campo anarquista, como denota um conjunto de realizações promovidas em distintas regiões do País, a exemplo da Primeira Jornada Libertária, ocorrida em fevereiro, em Florianópolis; do Congresso Anarcossindicalista Brasileiro, promovido no mês de maio, em São Paulo, e marcado pela comemoração do centenário (1886-1986) dos Mártires de Chicago; da Segunda Jornada Libertária, efetuada no mês de julho, em Porto Alegre, sob a aura do

<sup>14</sup> Na sequência, os números 2, 3, 4 e 5 tiveram tiragens de 2 mil exemplares.

Cinquentenário (1936-1986) da Revolução Espanhola, e da realização, em novembro, do Primeiro Encontro Nacional Anarquista do Brasil, sediado em Brasília. Nas pautas de discussões destes eventos, dois assuntos tornaram-se recorrentes: a criação de uma Federação Anarquista Brasileira e a reconstrução da Confederação Operária Brasileira (COB).

Com efeito, um ano antes, militantes anarquistas, em reunião realizada no Centro de Cultura Social, localizado em São Paulo, já haviam lançado campanha pela reconstrução da seção brasileira da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), uma vez que tal entidade de luta trabalhista se apresentava como importante elo entre os movimentos anarquistas de diferentes países. Vale lembrar que a formação de uma Associação Internacional dos Trabalhadores de tradição libertária, que se efetivaria a partir de 1922, nascia como “alternativa à Internacional vermelha de Moscou (Komintern, Profintern) e à Internacional reformista de Amsterdã” (De Jong, 2004, p. 271). Deste modo, reunidos, entre o final de dezembro de 1922 e o começo de janeiro de 1923, na cidade de Berlim, um grupo de socialistas antiautoritários e de anarcossindicalistas dariam forma à sua própria AIT, cuja orientação política era o sindicalismo revolucionário. Por sua vez, no Brasil, a partir da fundação do Núcleo de apoio AIT, ganhavam impulso, em nível nacional, discussões sobre a rearticulação do movimento sindicalista, com base no comunismo libertário.

Nesta senda, aproveitando o momento de surgimento de diversos coletivos anarquistas, que exigiam certo aprofundamento das discussões relativas ao desenvolvimento das ideias libertárias, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional Anarquista do Brasil entre 08 e 09 de novembro de 1986, no anfiteatro da Universidade de Brasília (UNB), com grupos e indivíduos de Salvador/BA, São Paulo/SP, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE e Brasília/DF. Reunindo, na sua maioria, um público de jovens adeptos do anarquismo, entre os assuntos da pauta estavam: a) a criação de uma Federação Nacional Libertária; b) a reconstrução da COB/AIT; c) a reedição do jornal *A Voz do Trabalhador* como porta-voz do movimento anarcossindicalista; d) a reedição do jornal *O Inimigo do Rei* enquanto órgão de divulgação nacional dos diversos coletivos libertários<sup>15</sup> (Informação nº 060300, 28/01/1987, p. 3-4).

Não obstante, durante o encontro, boa parte do debate se focou na questão da organização dos anarquistas em uma Federação Nacional Libertária, inspirada nas experiências da Federación Anarquista Ibérica (fundada em

1927), e da Fédération Anarchiste Française (fundada em 1953). Diante disso, num primeiro momento, era sugerida a criação de federações em nível estadual, congregando indivíduos e coletivos dispersos, para, conseqüentemente, constituir uma Federação em nível nacional. É certo que tal proposta foi marcada por divergências, isto é, ao passo que boa parte das delegações se mostravam simpáticas ao modelo de organização federativo, alguns libertários levantavam a bandeira da ação individualista. Em outras palavras, enquanto os grupos de São Paulo, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Amazonas e parte dos militantes do Rio Grande do Sul defendiam que a criação de uma Federação “proporcionaria um maior nível de organização ao movimento anarquista, fazendo com que as informações fluíssem com maior rapidez”, resultando em “uma ação comum mais eficiente”, a contraposição, representada por indivíduos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, argumentava que tal Federação levaria a “uma centralização do movimento [...] que acabaria por exercer o controle sobre os grupos, tirando a sua autonomia de ação” (Informação nº 00175120, 24/12/1986, p. 4; Informação nº 060300, 28/01/1987 [segunda parte], p. 55).

Após debates agitados, ficou decidido que cada localidade participaria do movimento pró-Federação conforme achasse conveniente. Além disso, as questões relacionadas à COB e aos jornais *A Voz do Trabalhador* e *O Inimigo do Rei* ficariam para ser resolvidas em outro congresso, previsto para o próximo ano, na cidade de Salvador.

De qualquer forma, a partir do Segundo Congresso Anarcossindicalista, realizado entre 31 de outubro e 1º de novembro de 1987, na Faculdade de Belas Artes da UFBA, em Salvador, na Bahia, e que congregou os diversos Núcleos Pró-COB/AIT, novos passos na luta e na organização livre da classe trabalhadora seriam pretendidos. Assim, na Carta de Princípio, aprovada durante o evento, afirmavam:

*Não significa que o anarcossindicalismo seja o único ou mais apropriado caminho para a transformação social libertária, mas um instrumento de essencial importância, que muito pode contribuir para uma nova organização social, pois através da organização de grupos de trabalhadores por ramos de ofício e por localidade, federados, se poderá responder às necessidades para uma nova sociedade (O Inimigo do Rei, 03-04/1988, p. 3).*

Tendo como rumo um sindicalismo de ação direta, independente do Estado e dos partidos políticos, apostam-

<sup>15</sup> Em 1982, após publicar o número 18, *O Inimigo do Rei* interrompeu sua circulação. Ao que parece, devido às dificuldades econômicas em custear a produção do jornal, que foi acarretada, em certa medida, pela grande tiragem e o problema de distribuição do número 18.

vam na reconstrução da COB, como um caminho para a organização de um movimento nacional – composto por agrupamentos de empregados e trabalhadores autônomos –, que, em sua luta contra o Estado e seus instrumentos de dominação, serviria de exercício revolucionário na direção de uma nova sociedade, livre e igualitária (*O Inimigo do Rei*, 03-04/1988, p. 3).

Todavia, enquanto na fundação da COB, em 1906, tomava-se como base o programa da Confédération Générale du Travail (CGT), sediada na França e que defendia o sindicalismo revolucionário, isto é, a autonomia do sindicalismo frente a qualquer corrente política (socialista e/ou anarquista), em 1986, o impulso sindical tinha outra tonalidade, uma vez que as articulações em torno da reconstrução da nova COB abraçavam como orientação o anarcossindicalismo. Tal denominação, que deixava explícita a aliança entre sindicalismo e anarquismo, segundo observou Eduardo Colombo (2004, p. 122), passaria a ganhar abrangência internacional após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), por impulso da CNT, a qual, em 1919, assumiu, na Espanha, uma identidade sindical baseada no comunismo libertário. Não raro, no caso das articulações anarcossindicalistas levadas a cabo no Brasil, na década de 1980, as proezas, no campo operário, promovidas pela CNT, em que constavam as coletivizações realizadas nos anos de 1930, durante a Revolução Espanhola, exerciam importante papel nas discussões sobre a efetivação de práticas autogestionárias.

Seja como for, antes mesmo da realização do Segundo Congresso Anarcossindicalista, *O Inimigo do Rei* voltou a circular, em maio de 1987, decidido a dar sua parcela de contribuição na mobilização pró-Federação Anarquista. Assim, valendo-se das páginas deste importante veículo de propaganda, ainda no transcurso de 1987, os núcleos pró-COB/AIT lançavam-se em campanha pela defesa da Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por considerarem que tal dispositivo jurídico, ao ir contra a noção de unicidade sindical, daria condições autônomas ao sindicato de “crescer politicamente, sem depender de partidos ou de governos” (*O Inimigo do Rei*, 10-11/1987, p. 11).

Em 1988, diante de um cenário em que pipocavam eventos anarcossindicalistas, eis que, enfim, o jornal *A Voz do Trabalhador*<sup>16</sup> veio à tona e, no papel de porta-voz do movimento pró-COB/AIT, passou a atuar como veículo de informação e oposição ao sindicalismo partidário encabeçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT). No seu número de estreia, *A Voz do Trabalhador*

fazia o chamamento: “se você é um trabalhador, está de saco cheio desses sindicatos pelegos, quer lutar efetivamente contra a exploração capitalista, se unindo a outros companheiros, procure-nos” (*A Voz do Trabalhador*, 1988, p. 2). Neste mesmo ano, em novembro, ocorreria, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Encontro Interamericano da AIT, que congregou participantes de nove estados brasileiros. Por sua vez, entre os participantes de credenciais internacionais, além de uma coordenadora da Associação Internacional dos Trabalhadores, encontravam-se militantes da Workers Solidarity Alliance (EUA), da Federación Obrera Regional Argentina, ainda como do Uruguai e do Paraguai.

Dos diversos núcleos pró-COB/AIT criados pelo País, percebe-se que os de São Paulo, Porto Alegre e Salvador se apresentavam com uma organização mais sólida. Aliás, em São Paulo, onde o movimento tinha sua base de apoio na União dos Trabalhadores em Transporte (UTT), organizou-se um serviço de assistência jurídica levada a cabo pelo Coletivo Jurídico 1º de Maio. O boletim *O Engate*, que era elaborado por militantes e simpatizantes da Oposição Sindical, era o seu principal órgão de divulgação (cf. *O Engate*, nov. dez.1989).

Tais iniciativas seriam reforçadas por uma série de cursos e palestras promovidos pelo Centro de Cultural Social (CCS), de São Paulo, e pelo Círculo de Estudos Libertários, do Rio de Janeiro, em que o anarcossindicalismo, a autonomia operária e a autogestão eram temáticas presentes. Ademais, a partir das discussões promovidas em São Paulo, pelo CCS e pelo Núcleo Pró-COB/AIT, certos punks passariam a militar nas fileiras do anarquismo, originando o movimento anarcopunk. Em meio a isso, no fomento de tais debates, em agosto de 1988, em São Paulo, emergiria a Juventude Libertária (JULI), um coletivo de princípios autogestionários que agregava militantes do Núcleo Pró-COB/AIT e das agremiações Falange Anarquista e Ação Radical.

Conseqüentemente, estes esforços coletivos para a organização dos trabalhadores (bem como dos estudantes) por um viés libertário, que estavam marcados por experiências e entendimentos diversificados, não deixariam de nutrir, no cenário de lutas, certa dose de divergências, desilusões e cisões.

A essa altura, a década de 1980 abrigava em seu epílogo duas consideráveis baixas. Em março de 1988, *O Inimigo do Rei* – um exemplo de destaque do jornalismo anarquista – fazia circular o seu último número, sinalizando, em certa medida, o enfraquecimento do movimento pró-Federação Anarquista. Na sequência, foi a vez da

<sup>16</sup> *A Voz do Trabalhador* surgiu, originalmente, em 1908, a partir de proposta aprovada no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1906. No papel de órgão porta-voz da COB, circulou entre 1908 e 1915.

Editora Novos Tempos, após o lançamento do jornal *Libertárias*, em setembro de 1989, também sair de cena.

Por fim, apesar das tentativas de minar a influência partidária no cenário das lutas sociais não terem sido tão bem-sucedidas, uma parcela dos anarquistas continuaria, entre altos e baixos, a traçar como direção do movimento libertário a reconstrução da COB via o anarcossindicalismo. Se teriam êxito, só a década seguinte diria...

## Considerações finais

Notadamente, na historiografia do anarquismo no Brasil, abundam estudos focados sobremaneira na Primeira República (1889-1930), logo, pouco se produziu em termos de pesquisas acadêmicas sobre a cultura anarquista no pós-1930, sendo este hiato mais profundo quando o olhar é direcionado para a segunda metade do século 20.

De qualquer forma, como demonstra o surgimento do jornal *O Inimigo do Rei*, em 1977, elaborado por estudantes da Universidade Federal da Bahia, após tempos de clandestinidade vividos durante o momento mais intenso de repressão da ditadura civil-militar, o anarquismo ganhava novamente as ruas com suas intenções de transformação social, inclusive possibilitando a aproximação entre distintas gerações de militantes.

Por sua vez, diante de um novo caldo cultural de verve libertária que começava a adquirir forma, especialmente entre jovens universitários, têm-se publicações de outros órgãos de difusão do anarquismo, a exemplo da revista *Barbárie* (1979), na Bahia, e *Autogestão* (1979), em São Paulo. E, no limiar da década de 1980, “livros anarquistas circulavam pelas livrarias, filmes de protesto eram exibidos em cineclubes, peças de teatro libertárias e de contestação também expressavam ideias de emancipação e rebeldia” (Rodrigues, 2007, p. 345).

No desenrolar dos acontecimentos que marcaram o processo de abertura política no Brasil, proposições autogestionárias eram ressignificadas por coletividades anarquistas que visavam se lançar como alternativa de organização política tanto aos operários quanto aos estudantes, como bem demonstram a criação da Federação Livre Estudantil (FLE) e a tentativa de reconstrução da Confederação Operária Brasileira (COB). Aliás, é o que qualquer pesquisador do tema pode encontrar, como exemplo, nas páginas do jornal *O Inimigo do Rei*, em que questões sobre autogestão eram apresentadas e debatidas com regularidade, sendo marcante o papel que as realizações das coletivizações durante a Revolução Espanhola (1936-1939) exerciam no imaginário destes novos militantes libertários.

Deste modo, quer fosse pela expressiva produção editorial ou pela organização de numerosos encontros,

o anarquismo apresentava-se com nova força entre os movimentos sociais que emergiram ao final dos anos de 1970, em um cenário de revalorização do comportamento coletivo de contestação.

## Referências

- ALMEIDA, H. M. M. de. 1983. Autogestão: da ideia às práticas. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, FGV, 23, (1): 37-57. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol23-num1-1983/autogestao-ideia-praticas>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- ALMELA, J. M.; VIGIL, V. (dir.). 2010. *El cine libertario*: cuando las películas hacen historia. Espanha, Delta Films.
- COLOMBO, E. 2004. A F.O.R.A. – O “finalismo” revolucionário. In: *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo, Imaginário; São Caetano do Sul, IMES, p. 75-123.
- DE JONG, R. 2004. A A.I.T. de Berlim: De 1922 à Revolução Espanhola. In: *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo, Imaginário; São Caetano do Sul, IMES, p. 271-284.
- DIEZ, E. 2003. El cine bajo la revolución anarquista. *Historia 16*, Madrid, 322: 50-101.
- ENZENSBERGER, H. M. 1987. *O curto verão da anarquia*: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola. São Paulo, Companhia das Letras, 323 p.
- FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da (org.). 1986. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo, Paulinas, 204 p.
- FICO, C. 2001. *Como eles agiam*: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 269 p.
- FUENTES, X. P. 1982. *La sociedad libertaria*: Agrarismo e industrialización en el anarquismo español, 1930-1939. Barcelona, Editorial Crítica, 310 p.
- GASPARI, E. 2002. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 417 p.
- GREEN, G. 1982. *Anarquismo ou marxismo*: uma opção política. Rio de Janeiro, Achiamé, 200 p.
- GROPPO, L. A. 2017. O movimento estudantil de 1968 contra a ditadura e a violência de Estado. In: M. D. NETO; M. H. STEFFENS; M. G. de O. ROVAI (org.). *Narrativas sobre tempos sombrios*: ditadura civil-militar no Brasil. São Paulo, Letra e Voz, p. 141-170.
- GUERIN, D. 1980. *O futuro pertence ao socialismo libertário*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora A, 156 p.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. 1976. *Autogestão*: uma mudança radical. Rio de Janeiro, Zahar, 229 p.
- JOYEUX, M. 1992. *Reflexões sobre a anarquia*. São Paulo, Archipélago; Terra Livre, 1992, 88 p.
- KUSHNIR, B. 2004. *Cães de guarda*: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, 404 p.
- LEVAL, G. 1972. *Colectividades libertarias en España* – Vol. 1. Buenos Aires, Editorial Proyección, 247 p.
- MORIN, E.; LEFORT, C.; CASTORIADIS, C. 2018. *Maió de 68*: a brecha. São Paulo, Autonomia Literária, 293 p.
- MOTTA, F. C. P. 1981. *Burocracia e autogestão*: a proposta de Proudhon. São Paulo, Brasiliense, 170 p.
- OLIVEIRA, J. H. de C. 2018. Anarquismo, movimento estudantil e imprensa alternativa: a trajetória do jornal *O Inimigo do Rei* (1977-1988). In: K. W. dos SANTOS; R. V. da SILVA. *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil*: novas perspectivas. Curitiba, Prismas, p. 323-349.

- OLIVEIRA, V. G. de. 2011. *Carne de Fieras, Barrios Bajos e Aurora de Esperanza*. O melodrama anarquista na produção cinematográfica da CNT. São Paulo - SP. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo, 202 p.
- ORWELL, G. 1987. *Lutando na Espanha & Recordando a guerra civil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Globo, 269 p.
- PARIS: MAIO DE 68/SOLIDARITY. 2008. São Paulo, Conrad, 81 p.
- PRÉPOSIET, J. 2007. *História do anarquismo*. Lisboa, Edições 70, 537 p.
- RIDENTI, M. 1999. Breve recapitulação de 1968 no Brasil. In: M. A. GARCIA; M. A. VIEIRA (org.). *Rebeldes e contestadores*. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 55-60.
- RODRIGUES, E. 2007. *Lembranças incompletas*. São Paulo, Opúsculo Libertário, 582 p.
- SADER, E. 1991. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 329 p.
- SILVA, R. V. da. 2018. Ideias, crítica e combate: o anarquismo na ditadura militar brasileira (1964-1985). In: K. W. dos SANTOS; R. V. da SILVA (org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba, Prismas, p. 351-372.
- SILVEIRA, R. F. da. 2011. *Autogestão e geografia: os territórios no viés da resistência*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo, 97 p.
- SOUCHY, A. 2014. La colectivización en España. In: D. GUÉRIN. *Ni Dios Ni Amo: Antología del anarquismo*. Madrid, Madre Tierra, p. 413-419.
- SUAREZ, M. 2016. Apresentação. In: F. MINTZ. *Autogestão e anar-cossindicalismo: análise e críticas relativas à Espanha, 1931-1990*. São Paulo, Intermezzo, p. 7-24.
- ZACOUTEGUY, J. A. 2012. *O Inimigo do Rei, el grito irreverente y osado de la anarquía*. *Germinal – Revista de Estudios Libertarios*, Madrid, 10: 97-106.
- Goldman, Salvador, Bahia.
- O ENGATE – Boletim elaborado e distribuído pela União dos Trabalhadores em Transporte, São Paulo, ano V, nov. dez. 1989, 8 p. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.
- ESTATUTOS DO CENTRO DE CULTURA SOCIAL (São Paulo), [Valho-me de uma cópia localizada na pasta Informação nº 174/120, 14 de agosto de 1985, p. 9-13], [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 534-08, 11 de agosto de 1980 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 026, 22/12/1980 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 060/116, 28 de abril de 1981 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 0168/116, 17 de novembro de 1981 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 016/10, 25 de julho de 1984 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 2184, 26 de julho de 1984 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 073/16, 29 de outubro de 1984 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 174/120, 14 de agosto de 1985 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 055021, 04 de abril de 1986 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 00175120, 24 de dezembro de 1986 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 060300, 28 de janeiro de 1987 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- INFORMAÇÃO nº 10101/88, agosto de 1988 [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- O INIMIGO DO REI, Salvador, 1977-1988. Centro de Documentação e Memória – CEDEM, UNESP, São Paulo.
- O MITO DO PARTIDO. 1979. Salvador; Porto Alegre, Editora A, 36 p.
- TRIBUNA DA BAHIA, Salvador, 1976-1979. Acervo Eduardo Nunes – Biblioteca Emma Goldman, Salvador, Bahia.
- A VOZ DO TRABALHADOR, [Porto Alegre], 1988. [Valho-me de uma cópia localizada na pasta Informação nº 20974/88], [SNI]. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Submetido em: 20/11/2020

Aceito em: 17/02/2021

## Fontes

- AUTOGESTÃO E SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO. [1983]. São Paulo, Editora A, 40 p.
- BARBÁRIE, Salvador, 1979-1982. Biblioteca Emma Goldman, Salvador, Bahia.
- BOLETIM DA FEDERAÇÃO LIVRE ESTUDANTIL, 22 de fevereiro de 1978. Acervo Eduardo Nunes – Biblioteca Emma